

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fortes	Oportunidades
Criatividade para superar dificuldades, versatilidade dos membros e gestores.	Utilização de consultorias em governança de TI, contratação de TI, software público, padronização tecnológica, governo eletrônico, serviços de rede, segurança da informação e interoperabilidade (e-ping).
Bom nível técnico da equipe em algumas áreas de TI.	Recomendações do TCU e demais órgãos de controle, referentes a TI.
Parcerias com Universidades Federais.	Implementar Coordenações de TI e Comunicação nas unidades da DPU.
Credibilidade da TI junto às áreas de negócio.	Copa do Mundo 2014.
Bons parceiros tecnológicos.	Olimpíadas 2016.
Comprometimento da equipe de TI.	Existência de demandas tecnológicas reprimidas.
Atendimento diferenciado, de acordo com as necessidades dos usuários.	Existência de eventos que tratam de tendências inovadoras de TI.
Infraestrutura de hardware (Data Center) em evolução.	Disponibilidade de padrões e melhores práticas de mercado em Governança de TI.
As aquisições de TI em outras áreas têm que ter o aval da STI.	Oferta de capacitação dos servidores por entidades públicas.
	Reconhecimento da TI como área estratégica pela DPU.
	Recomendações de aprimoramento da TI por parte dos órgãos de controle.
	Implementar a EAD na DPU.
Pontos Fracos	Ameaças
Sistemas de informações não integrados, redundância de dados e documentação escassa.	Restrições orçamentárias
Processos e controles de governança e Gestão de TI em formação.	Falta de Regulatório (institucionalização) para Política de Segurança da Informação no âmbito da DPU.
Equipe com pouco conhecimento em governança de TI.	Dificuldade de adaptação e mudança de cultura pelas áreas de negócios aos novos direcionamentos de gestão de TI.
Falta de pessoal e espaço físico inadequado para compor uma área de infraestrutura de TI.	Desarticulação entre as áreas demandantes.
Estrutura organizacional da TI não adequada às atribuições da DPU.	Interrupção e descontinuidade das demandas junto a STI.
Inexistência de planejamento e controle orçamentário de TI por não ser uma unidade gestora de orçamento.	Alta expectativa por resultados imediatos.
Pouca formalização da base de conhecimento de serviços de TI.	Possibilidade de se redirecionar o orçamento de TI para outras áreas.
Escassez de pessoal técnico e quantidade insuficiente de profissionais de TI (desenvolvedores analistas de sistemas,	Demandas não programadas.

analista de negócios, analista de suporte, projetista de dados, arquitetos, analistas de segurança, analista de infraestrutura, administrador de banco de dados, gerentes de projeto, consultores de TI).	
Ausência de diretriz que priorize o acompanhamento das novas tendências de TI.	Alta dependência do fornecedor ou parceiros/terceirizados.
Acúmulo de demandas não atendidas na área de TI.	Alta dependência do fornecedor ou parceiros/terceirizados.
Diversidade e desatualização de softwares.	
Falta de plano de capacitação técnica na área de TI, por perfil funcional.	
Processos e metodologias de trabalho não formalizados.	
Baixa integração entre as equipes de TI da DPU.	
Inexistência de plano de carreira específico para o cargo de Técnicos em TI	
Parque tecnológico de hardware e software insuficiente e inadequado.	
Centralização da gestão administrativa, inclusive de contratos de prestação de serviços terceirizados.	
Falta de formalização das atividades operacionais de TI na DPU.	
Falta de infraestrutura de TI nas Unidades da DPU.	
Inexistência de um PDTI.	
Implementação de normas e procedimentos para a TI deve ser por Regulatório pela DPGU.	
Gestores administrativos pouco qualificados.	